

DANTE, PETRARCA, BOCCACCIO E A TRADUÇÃO

Maria Teresa Arrigoni
UFSC

Este breve estudo a respeito dos três autores mais representativos da literatura italiana do século XIV, Dante Alighieri, Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio tem por objetivo abordar as relações destes com a tradução, procurando detectar se, como e em quais momentos, estiveram envolvidos com o trabalho tradutório.

A referência direta e mais conhecida que o autor da *Divina Commedia* fez a respeito da tradução encontra-se no *Convívio*, obra escrita entre 1302 e 1307. O projeto do *Convívio* previa inicialmente 14 tratados, que deveriam abranger o conhecimento da época, abordando temas filosóficos e argumentos de lingüística, moral e política, mas foi deixado inacabado pela dedicação integral do autor à *Divina Commedia*, obra que começou a compor a partir de 1306 ou 1307, e que terminou pouco antes de sua morte, ocorrida em 1321.

A característica marcante do *Convívio*, que o diferencia de outros tratados medievais, foi o fato de Dante ter utilizado o vulgar florentino ao invés do latim, língua obrigatória naquele tempo para tratar de assuntos considerados intelectualmente relevantes e elevados como a filosofia, a astronomia e, principalmente, a teologia. A língua vulgar era utilizada quase que unicamente em sua forma oral, ou, para usos específicos, na forma escrita: documentos comerciais, discursos políticos e poemas de amor. O próprio Dante, num momento anterior, havia participado do movimento poético conhecido na Itália como “dolce stil nuovo”, e havia escrito, como

Guido Guinizelli e Guido Cavalcanti, seus contemporâneos, poesias e canções em língua vulgar.

A respeito da língua vulgar Dante Alighieri escreveu uma obra em que trata da importância desses ‘novos falares’, defendendo a utilização da nova língua florentina em todos os campos da cultura e do conhecimento: *De vulgari eloquentia*, obra em latim, que parece ter sido escrita entre 1303 e 1304, e que foi deixada, como o *Convívio*, interrompida. Embora a obra apresente somente dois dos quatro livros previstos, na *De vulgari eloquentia* (literalmente “sobre a língua vulgar”) o autor trata da importância da nova língua, divulga um dos primeiros estudos sobre os “vulgares itálicos” de sua época e especifica as características necessárias a fim de que a nova língua possa ser adotada sem restrições de uso, e possa ser considerada tão ilustre quanto o latim.

Com essas duas obras, Dante provocou uma verdadeira inovação no campo da língua e da cultura, pois, no domínio dos intelectuais defendeu o uso da “língua vulgar”, e portanto, para ser levado em conta, escreveu em latim, e naquela “língua vulgar”, cuja utilização e cujo valor defendia, escreveu sobre os assuntos que eram do domínio exclusivo do latim, demonstrando assim a efetiva possibilidade de seu uso em contexto culto.

No *Convívio*, entre as reflexões em torno da poesia e da língua, Dante escreveu: “E saibam pois todos que nada que possua uma harmonia musical, [ritmo e métrica] pode ser transposto de sua língua para outra, sem que se lhe altere toda a doçura e a harmonia” (ALIGHIERI, 1990: 28)¹, trecho que os estudiosos da tradução citam em suas obras e reconhecem como a afirmação da impossibilidade da tradução de poesia.

É esta também a leitura de Gianfranco Folena, a propósito do fenômeno das vulgarizações na Itália pré-humanista considerando “a famosa manifestação de Dante (*Convívio*, I.vii), que nega decididamente a possibilidade de tradução em campo teórico” (FOLENA, 1994: 27), ao mesmo tempo em que menciona o fato de o trecho em questão achar-se inserido na polêmica do uso

do latim e do vulgar, ou seja, esclarece que a manifestação de Dante não surge em defesa de uma teoria já articulada por ele, mas como resposta àqueles que sugeriam que o latim possuía um alcance maior de veiculação do que a língua vulgar. A eles Dante responde que “a *sentença* [parte universal e traduzível] de seus poemas traduzida em latim perderia totalmente o poderoso suporte da *beleza*” (FOLENA, 1994: 28).

Para compreender melhor o pensamento de Dante, é esclarecedor o trecho no qual explicita que à *factio*, ou seja à ‘sentença’, ou àquilo que é traduzível junta-se o ‘ornamento das palavras’, assim “a beleza é em parte devida à construção, que pertence ao campo da gramática, em parte à ordem, que é do campo da retórica e em parte ao ritmo, que pertence ao campo da música” e por ser esse último uma das características da poesia, como especifica Folena, “não é traduzível” (FOLENA, 1994: 28).

Sem discordar, portanto da afirmação de que o trecho mais conhecido de Dante sobre a tradução constitui uma negação da possibilidade de se traduzir poesia, a sua defesa da utilização da língua vulgar reitera uma intervenção pessoal e efetiva em favor da nascente autonomia das novas línguas em relação ao latim e se inscreve no amplo e importante quadro das vulgarizações do século XIII e do início do século XIV.

A respeito das vulgarizações, duas considerações são esclarecedoras no âmbito da experiência italiana: em primeiro lugar, se por vulgarização entendermos os textos que do latim foram transpostos para os diferentes vulgares itálicos, não se deve esquecer que esse ‘latim’ de que se fala é, na verdade, uma generalização dos vários textos latinos que circulavam naquele período, ou seja, textos latinos clássicos, textos latinos da tradição cristã, textos latinos medievais e ainda os textos contemporâneos escritos em latim. Um possível estudo aprofundado sobre essas vulgarizações terá necessariamente que levar em conta os diferentes textos utilizados para a transformação em vulgar.

Em segundo lugar, é preciso considerar que as vulgarizações, no caso italiano, não foram efetuadas utilizando como fonte somente

os textos latinos, mas também e em larga escala, os textos em provençal e francês. Numerosos foram os exemplos de latinos que chegaram à Itália através de textos franceses vulgarizados. Da reflexão de Folena em torno dessa pluralidade de trabalhos ligados às transformações de textos naquele período resultou a concepção de vulgarização vertical (do latim para o vulgar) e vulgarização horizontal (de um vulgar para outro, ou, no caso da Itália nesse momento, do vulgar francês para os vulgares italianos), colocando assim a relação latim-vulgar como hierárquica e a relação vulgar-vulgar numa linha de igualdade. Igualdade, porém, só aparente pois o domínio cultural da França durante todo o século XIII foi marcante em toda a Europa da época e influenciou a literatura e a cultura, a princípio na Sicília, posteriormente na região de Veneza, e, principalmente através das vulgarizações, na Lombardia e na Toscana.

Tratou-se, pois, para a Itália, para a Toscana, e em especial para Florença, de um investimento em larga escala nas possibilidades de uma língua própria em formação. No âmbito de um quadro mais amplo, Dante participou de forma ativa do que poderia ser definido o primeiro momento das vulgarizações na Itália (*Duecento* e primeira metade do *Trecento*), sem atuar diretamente na vulgarização dos textos latinos e franceses, mas produzindo obras em prosa e em poesia no vulgar florentino, fortalecendo dessa forma o ‘status’ da nova língua.

A concepção da impossibilidade da tradução da poesia, parte integrante do panorama geral das vulgarizações do séc. XIII, quase em sua totalidade constituídas de textos em prosa, não é nova, já que “a hipótese (...) de se poder efetivamente traduzir poesia com poesia (...) permanece praticamente estranha à teoria e à práxis medieval...” (FOLENA, 1994:27). Dessa forma, Dante, por um lado, expressa sua concepção sobre a tradução poética em consonância com as idéias de seu tempo, por outro lado, propõe a inversão do eixo de valores medievais que via o latim como língua superior.

Dante Alighieri, em suma, defendeu a utilização do vulgar florentino em sua obra teórica escrita em latim (*De vulgari eloquentia*), utilizou o vulgar florentino em sua obra filosófica, contrariando o uso vigente do latim (*Convivio*), escreveu na nova língua uma obra (*Commedia*), que se transformou na prova mais convincente da possibilidade de se fazer poesia numa língua diferente do latim e, no que diz respeito mais diretamente à tradução, manifestou-se sobre a impossibilidade da transposição da poesia de uma língua para outra, dentro dos parâmetros de seu tempo.

No período imediatamente posterior, a continuidade do processo de vulgarização e do aumento de prestígio do vulgar florentino sofreu um refluxo a partir do que pode ser caracterizado como o segundo momento na história das vulgarizações, período que a partir da segunda metade do *Trecento* (séc. XIV) se estendeu até a primeira metade do *Quattrocento* (séc. XV), ao longo do qual, sob a influência de Francesco Petrarca, os humanistas passaram a não considerar digno de um intelectual o trabalho de vulgarização. De fato, “quanto mais se afirmou na Itália, ao longo do *Trecento*, a autoridade de Petrarca e de sua escola, da mesma forma e com o mesmo ritmo se reduziu e se degradou o espaço aberto para as vulgarizações dos textos clássicos” (DIONISOTTI, 1967:142). Com Petrarca, o conhecimento do latim e sua utilização como língua escrita e literária passou a ser um cânone que distinguiu e agrupou os humanistas, já que “os textos raros e durante muito tempo perdidos” se tornavam “privilégio de uma casta de homens superiores” (DIONISOTTI, 1967:142).

O conhecimento do latim dos antigos latinos permitiu a Petrarca ter a seu alcance e ao de seus seguidores o acesso aos principais textos clássicos latinos, sem as interferências provocadas pelo latim cristão e pelo latim medieval, já que para o humanista italiano “o latim dos antigos e dele Petrarca, dos antigos como ele os lia e entendia não era uma língua que devesse passar por uma vulgarização” (DIONISOTTI, 1967:141). Em função disso, Petrarca e os humanistas não levaram adiante o projeto das

vulgarizações e não consta que o poeta tenha vulgarizado um texto sequer. Mantendo-se fiel a suas idéias sobre a importância do uso do latim e a inutilidade de se vulgarizar, a referência que se tem a respeito de um possível trabalho na área aponta para “a única tradução que Petrarca realizou: certamente não do latim para o vulgar, e sim da última novela do *Decameron* para o latim” (DIONISOTTI, 1967:141). Vale lembrar que o *Decameron*, é uma coletânea de cem novelas escritas em vulgar florentino por volta de 1348, cujo autor, Giovanni Boccaccio, foi contemporâneo e amigo de Petrarca.

Uma primeira análise levaria a crer que a atuação do autor do *Canzoniere*, resumiu-se em obstaculizar o caminho já conquistado pelo novo vulgar florentino e, de certa forma, como já foi mencionado, provocar a estagnação na produção de textos traduzidos para o vulgar, como de fato ocorreu naquele período; existe, no entanto, outro aspecto a ser levado em consideração: quando, na segunda metade do século XIV, Petrarca se afirmava como humanista e utilizava o latim como língua falada e escrita, o vulgar florentino, embora possuísse um certo ‘status’, não podia competir com toda a tradição que fazia do francês o vulgar mais conhecido na Itália e na Europa de modo geral. A opção de Petrarca para enfrentar essa supremacia francesa foi a de “opor ao secular domínio da língua francesa a arma bem mais formidável e realmente decisiva de um latim que os modernos desconheciam” (DIONISOTTI, 1967:146).

Verificou-se na França, e de forma bem mais acentuada após a visita de Petrarca como embaixador, uma atividade frenética de vulgarização de textos latinos, exatamente como havia acontecido na Itália numa época anterior. O episódio que marcou a presença do poeta italiano na França se insere na atividade de Petrarca, poeta já coroado e conhecido humanista, como embaixador dos Visconti de Milão e de sua visita a Paris em 1361. Diante do rei da França, realizou sua fala em latim, justificando-se no exórdio “de ter que usar não a língua conhecida e apreciada pelo rei, mas a sua

própria, o latim”. O fato poderia corresponder a um real desconhecimento da língua francesa por parte de Petrarca se ele não tivesse “durante grande parte de sua vida vivido na Provença, em um ambiente, o da cúria avinhonense, predominantemente francês, quando ainda o francês era uma língua de uso comum, necessária aos homens de cultura e de negócios em toda a Europa ocidental” (DIONISOTTI, 1967:145).

A importância da atuação de Petrarca no campo da língua e cultura italianas liga-se, na verdade, à conquista de uma posição “diferenciada” no panorama cultural europeu, elevando a Itália, e aqui leia-se Florença, ao papel de inovadora cultural que seria cada vez mais imitado, servindo de exemplo ao longo dos séculos seguintes na maioria dos países europeus e preparando o caminho para o Renascimento. Mas, nos domínios da tradução, pode-se pensar na atuação de Petrarca como um momento de silêncio, de pausa, causador do esvaziamento da atividade que já havia sido frenética numa fase anterior.

Será também um momento oposto àquele de ampliação do público leitor de obras vulgarizadas porque na época de Petrarca e de seus seguidores defendeu-se o domínio da língua latina no âmbito intelectual, no caso, para poucos. Como aspecto positivo para a cultura de modo geral, cabe lembrar que houve o contato com os textos antigos sem a interferência direta da igreja, ou seja, assistiu-se a uma laicização do saber científico, literário e filosófico. Em relação à história da tradução, o momento de pausa, ao invés de extinguir a atividade das vulgarizações, vai provocar, por reação, um novo período de transformação de textos latinos em vulgar, que se instaura a partir da segunda metade do século XIV.

O latim, contrariando os projetos de Dante, continuou a ser utilizado durante séculos para os assuntos considerados de alto teor científico e religioso, mas, por outro lado, as vulgarizações, contrariando as expectativas de Petrarca e de sua escola, conseguiram vencer a barreira do círculo de latinistas, reforçando, no caso específico da Itália, a vertente do vulgar florentino, que

viria a ser, ao longo dos séculos, reconhecida como a língua nacional.

No mesmo período ao longo do qual Petrarca exercia sua profissão de poeta e exercitava sua influência, outro autor se inseria no panorama cultural do *Trecento* italiano: Giovanni Boccaccio. Do ponto de vista da cronologia, Petrarca (1304-1374) e Boccaccio (1313-1375) foram realmente intelectuais do século XIV; conheceram-se e foram amigos, mas as trajetórias culturais e literárias não foram de início as mesmas. Diferentemente de Petrarca, que desde cedo se havia encaminhado para os estudos clássicos, Boccaccio estudou e se preparou para o comércio, exercendo durante um certo período a profissão em Nápoles, fato que o levou a entrar em contato com muitas das situações que se encontram narradas em suas novelas. Naquele mesmo ambiente cultural napolitano, fortemente marcado pela influência francesa, Boccaccio, em sua opção pela utilização do vulgar florentino em sua narrativa, valeu-se da “língua prepotente e precisa de Dante”, que via como “instrumento afim da alta retórica dos clássicos”. Afastou-se, pois, da tradição francesa, e seguindo o exemplo de Dante, considerou que “a língua antiga e a moderna podiam concorrer no jogo não demasiado arriscado de uma retórica nova aplicada a uma matéria *di per se* popular” (DIONISOTTI, 1967:140).

A relação que manteve Boccaccio diretamente em contato com a obra de Dante não foi alterada nem mesmo pela convicta participação de Boccaccio ao programa humanístico de seu contemporâneo Petrarca. No entanto, no que se refere à tradução, ao aderir aos cânones petrarquescos, Boccaccio praticamente optou pelo esquecimento de sua atuação como vulgarizador de uma obra latina quando jovem e de duas outras, pouco antes de iniciar a criação do *Decameron* (1346), porque segundo consta ele “deve ter tomado consciência de que o que havia produzido anteriormente, versos e prosa, na língua moderna, poderia ser abandonado ao próprio destino, mas que sobre suas experiências de vulgarizador de textos

clássicos deveria descer o véu do anonimato e do silêncio” (DIONISOTTI, 1967:143).

Isso, de fato, parece ter acontecido, mas as vulgarizações realizadas por Boccaccio de duas partes da obra de Tito Livio foram objeto de estudos recentes que resgataram as palavras do tradutor sobre seu trabalho no *Proemio del volgarizzatore* [da quarta década]. Esse trecho, repropósito por Folena, constitui um documento inédito para as reflexões em torno da tradução, na medida em que traz à tona a teorização de Boccaccio sobre sua função como vulgarizador e sobre sua opção pela utilização da “tradução livre”:

“... propus-me a transpor de latim em vulgar dez livros de Tito Livio de Pádua, cuja alta gramática e cujas densas construções são de difícil compreensão para um grande número de pessoas, a fim de que possam aqueles que não sabem o latim, ter deleite com as histórias e obter graciosos frutos das magníficas e ótimas obras”. [...]

“Nem é meu propósito na exposição da mencionada ‘década’ seguir rigorosamente e em tudo as palavras do Autor: porque assim fazendo não vejo como poderia alcançar de forma merecida a meta proposta, que é a de tornar clara àqueles que não compreendem a intenção de Tito Livio. Pois não somente em um lugar, mas em muitos, ele escreve de modo tão exato que caso se utilizassem somente suas palavras, sem acréscimos, resultaria incompleto o idioma vulgar para os que não possuem uma compreensão muito sutil, os quais compreenderiam tão pouco o texto vulgarizado quanto o latino” (FOLENA, 1994:39).

Participa, pois, Boccaccio, com seu trabalho de vulgarização, do qual nos fornece notícia ao redigir esse prefácio, da polêmica iniciada por Cícero e retomada por São Jerônimo contra a tradução “palavra por palavra”, que é colocada em xeque em nome de uma tradução mais livre.

Se esse depoimento sobre seu trabalho de vulgarização, que deverá ser matéria de um estudo mais aprofundado, apresenta o tom sério, inerente ao de um prefácio, o mesmo não aconteceu em sua obra mais conhecida, o *Decameron*. Numa de suas novelas, Boccaccio utilizou a ironia para referir-se à proliferação das vulgarizações e à ingenuidade daqueles que não conheciam o latim e em função disso aceitavam qualquer texto que fosse produzido. Em um dos contos da VI jornada, o autor narra a história do frei Cipolla, um religioso que se valia da credence de seus fiéis para apresentar-lhes falsas relíquias, obtidas em troca de vulgarizações encomendadas por religiosos ou leigos e efetuadas às pressas pelo esperto frade. Dessa forma, o autor não somente ridiculariza a fácil credence do povo, como dirige seu olhar irônico à prática inescrupulosa das vulgarizações.

O retorno a esses autores italianos, mais conhecidos por suas obras literárias, propicia importantes reflexões em torno da tradução ao longo da história. Sem deixar de considerar que o momento vivido pelos três autores em questão antecede o da utilização, como prática e como técnica melhor articuladas, do próprio termo *tradução*, o que ocorrerá somente com Leonardo Bruni (século XV), reconhecido por muitos como o ponto de partida das indagações mais pertinentes sobre o ato tradutório, as intervenções dos três autores, quer em quanto teoria, quer em quanto prática, podem ser consideradas como valiosas peças a serem acrescentadas ao jogo multidimensional da tradução.

Nota

1 (*Convivio*, I, vii). A tradução deste e dos outros textos citados de obras italianas é de minha autoria.

Referências bibliográficas:

Alighieri, D. (1990) *Convivio*. Milano, Garzanti.

_____. (1992) *De Vulgari eloquentia*. Torino, Einaudi.

_____. (1993) *Tutte le opere*. Roma, Newton.

Boccaccio, G. (1991) *Decameron*. Torino, Einaudi.

Dionisotti, C. (1967) *Storia e Geografia della Letteratura Italiana*. Milano, Mondadori.

Folena, G. (1994) *Volgarizzare e Tradurre*. Torino, Einaudi.